

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das universidades federais (REUNI) e o combate da evasão: revisão narrativa

The Support Plan for the Program of Restructuring and Expansion of the Federal Universities (REUNI) and the fight against evasion

SANTOS, Cidmar O.¹
PILATTI, Luiz Alberto²

Resumo

O presente estudo tem como objetivo conhecer o estado da arte do Programa Reuni e, no interior do Programa, os resultados alcançados com a premissa combate à evasão nas universidades federais brasileiras. Trata-se estudo de natureza bibliográfica. Foram identificadas na SciELO, a existência de 22 pesquisas que foram incluídas no estudo. A busca foi ampliada para a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na qual foram localizados dois estudos que também foram incluídos. Conclui-se que, no Programa Reuni, o combate à evasão fracassou.

Palavras-chave: programa reuni, evasão, universidades federais brasileiras

Abstract

The present study aims to understand the state of the art of the Reuni Program and, within the Program, the results achieved with the premise of combating evasion in Brazilian federal universities. This is a study of a bibliographic nature. In SciELO, 22 surveys were identified that were included in the study. The search was expanded to Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), in which two studies were found, which were also included. It is concluded that, in the Reuni Program, the fight against evasion has failed.

Keywords: program reuni, evasion, brazilian federal universities

1. Introdução

O octênio do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), assentado no modelo neoliberal, intensificou o processo de privatização do ensino superior. Com o processo, a educação superior foi mercadorizada (Sales, Rosim, Ferreira, & Costa, 2019). Os limites do público e do privado foram deslocados com a diminuição da responsabilidade do Estado com a universidade (Cunha, 2003; Sales *et al.*, 2019).

Os investimentos reduzidos com a compressão dos salários e dos orçamentos e a não reposição dos quadros de servidores (Cunha, 2003) e a hegemonia no Congresso obtida pela coalização de centro-direita, habilmente articulada por FHC, garantiram a imposição da diretriz mestra de que os recursos existentes eram suficientes,

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Brasil. cidmar@utfpr.edu.br

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Brasil. lapilatti@utfpr.edu.br

sendo necessária apenas otimizar a sua utilização (Pinto, 2002). Neste cenário, as universidades federais brasileiras viveram dias muito difíceis.

Em 2003, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) (2003) encaminhou ao então Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), a proposta de expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior. A proposta trazia metas ousadas para a educação superior, entre elas:

- a) duplicar o número de alunos na graduação e na pós-graduação;
- b) ocupar a totalidade das vagas ofertadas;
- c) combater a evasão e a retenção;
- d) elevar o índice de diplomação;
- e) formar professores em áreas deficitárias;
- f) ofertar vagas no período noturno;
- g) titular professores das redes municipais e estaduais sem graduação;
- h) combater o analfabetismo;
- i) dobrar o número de trabalhos científicos publicados;
- j) dobrar as atividades de extensão em áreas de grande pertinência social;
- k) quadruplicar o número de patentes licenciadas;
- l) diminuir a assimetria na oferta de vagas entre os entes federativos
- m) desenvolver trabalho em rede.

Para a criação de uma universidade nova, com a transformação geral da arquitetura acadêmica das universidades públicas brasileiras, compatível tanto com o modelo norte americano (de origem flexneriana) como com o modelo unificado europeu (Tratado de Bolonha), o Governo Lula propôs a reforma da educação superior (Borges & Aquino, 2012). O objetivo da reforma era a consolidação do Brasil na liderança do Hemisfério Sul com a produção do conhecimento.

A universidade nova passa a ter materialidade com o Decreto nº 6.096 (Brasil, 2007), que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O objetivo do Reuni é “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Brasil, 2007, p. 7).

Em linha gerais, as propostas apresentadas pela Andifes em 2003 foram trazidas para o Decreto nº 6.096 (Brasil, 2007) como diretrizes:

- a) redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- b) ampliação da mobilidade estudantil;
- c) revisão da estrutura acadêmica;
- d) diversificação das modalidades de graduação;
- e) ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil;
- f) articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

O Reuni foi amplamente criticado por representar uma espécie de continuidade do desmonte do aparato científico-tecnológico, iniciado por FHC com o empresariamento da educação superior, para a implementação do projeto neoliberal de educação superior desenhado pelos organismos internacionais do capital para a América Latina (Borges & Aquino, 2012; Gregório, 2012; Léda & Mancebo, 2009).

No Governo Lula, com a reforma da educação superior, que aconteceu em paralelo com a reforma do Estado, ocorreu a culminância do processo iniciado pelo seu predecessor (Borges & Aquino, 2012). O livre jogo do mercado passou a balizar o ensino superior.

Para adesão ao Reuni foram realizadas duas chamadas em 2007. Das 54 universidades federais existentes ao final de 2007, 53 fizeram a adesão. A adesão foi uma espécie de contrato entre o Ministério da Educação (MEC) e as universidades federais nos termos proposto pelo Decreto nº 6.096 (Brasil, 2007). O processo de adesão não foi pacífico. Ocorreram várias manifestações e ocupações de universidades por parte de movimentos estudantis contrários ao Reuni (Bringel, 2009).

No contexto do Reuni, a evasão universitária é um tema que certamente está incluído no rol temas cruciais para a sociedade (Andriola, Andriola, & Moura, 2006; Baggi & Lopes, 2011; Davok & Bernard, 2016; Prestes & Fialho, 2018; Silva Filho, Motejunas, Hipólito, & Lobo, 2007).

A urgência no enfrentamento é tal que, em um programa da importância do Reuni, a evasão aparece como a primeira diretriz estabelecida: “I – *redução das taxas de evasão*, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno” (Brasil, 2007, p. 7, grifo nosso).

Do ponto de vista metodológico, o presente estudo, de natureza qualitativa, caracteriza-se como bibliográfico. O procedimento, considerando os tipos de revisão, tem a forma de revisão narrativa. Para Rother (2007), as revisões narrativas são publicações amplas, com perspectiva teórica ou contextual, adequadas para revelar o desenvolvimento ou o estado da arte de determinada temática. Neste tipo de revisão, não são explicitadas as fontes de informação utilizadas, os procedimentos de busca das referências e os critérios empregados na avaliação e na seleção dos trabalhos. As revisões narrativas apresentam a análise da literatura na interpretação e na análise crítica do autor.

O presente estudo tem como objetivo conhecer o estado da arte do Programa Reuni e, no interior do Programa, os resultados alcançados com a premissa combate à evasão nas universidades federais brasileiras.

2. Pesquisas com foco no Programa Reuni e no combate à evasão no interior do programa

A internacionalização da pesquisa científica tem diminuído a publicação de estudos que tratam somente de questões locais. Artigos descritivos que não situem um tema local em sua especificidade, internacionalmente e de forma analítica, podem ser de enorme utilidade em periódicos locais, mas, a menos que abordem uma temática que seja totalmente inédita, não cabem em periódicos de circulação internacional (Minayo, 2008).

Estudos relativos ao Reuni, evidentemente com exceções, enquadram-se como temática local sem contextualização internacional. Neste sentido, optou-se pela realização de levantamento na SciELO, principal base indexadora brasileira e que abrange uma coleção dos mais importantes periódicos científicos brasileiros.

Na SciELO foram realizadas duas buscas em artigos por assunto. A primeira com o descritor Reuni. A busca realizada em 26 de abril de 2021 relatou 22 resultados. Foram testados ainda dois descritores equivalentes, Reuni Program e Reuni Program in Brazil, disponíveis no tesouro da base. Como os descritores trouxeram resultados já contidos no descritor Reuni, foram descartados. Na segunda busca, esta realizada de forma avançada, foram associados os descritores Reuni e evasão através do operador booleano and. A busca não reportou nenhum resultado. Assim, num primeiro momento, foi construído um corpus com 22 artigos para a construção de um cenário do Programa Reuni.

De forma complementar, adentrando na literatura cinza, foi realizado levantamento na BDTD. A busca, realizada em 26 de abril de 2021, retornou 105 resultados para o descritor Reuni e dois resultados para os descritores Reuni e evasão associados. Após a leitura dos resumos de todos os resultados e a diversidade dos objetos tratados, optou-se pela incorporação ao corpus de pesquisa dois artigos encontrados na busca avançada.

Com um corpus de 24 estudos e após a leitura detalhada de todos os artigos, optou-se por uma divisão inicial: artigos em que o Reuni é objeto e artigos em que o Reuni é elemento conformador do objeto, apesar de ser relacionado no rol de descritores, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1
Corpus da pesquisa

| Órgão federal do Paran | Divisões | Base | Autor/es | Tipo de estudo |
|------------------------|---|---------------|---|----------------------|
| Reuni | 1º conjunto: Reuni como objeto | SciELO (n=15) | Barbosa, Petterini e Ferreira (2020) | Estudo global |
| | | | Novato, Najberg e Lotta (2020) | Estudo de caso |
| | | | Paula e Almeida (2020) | Estudo global |
| | | | Castro, Martin, Silva e Almeida (2019) | Estudo bibliométrico |
| | | | Gumiero (2019) | Estudo de caso |
| | | | Moura e Passos (2019) | Estudo global |
| | | | Sales <i>et al.</i> (2019) | Estudo bibliométrico |
| | | | Magalhães e Real (2018) | Estudo bibliométrico |
| | | | Prestes e Fialho (2018) | Estudo de caso |
| | | | Lima e Machado (2016) | Estudo de caso |
| | | | Andriola e Suliano (2015) | Estudo de caso |
| | | | Araújo e Santos (2014) | Estudo de caso |
| | | | Lima (2013) | Estudo de caso |
| | | | Mancebo, Vale e Martins (2015) | Estudo global |
| | | | Cislaghi (2011) | Estudo de caso |
| | | BDTD (n=2) | Oliveira (2018) | Estudo de caso |
| | | | Silva (2015) | Estudo de caso |
| Reuni e evasão | 2º conjunto: Reuni como elemento conformador do objeto | SciELO (n=7) | Fraga, Gaviraghi, Albuquerque e Santos (2020) | |
| | | | Pereira, Castro, Lanza e Lanza (2016) | |
| | | | Zorzal (2016) | |
| | | | Pizzio e Klein (2015) | |
| | | | Silva e Mancebo (2014) | |
| | | | Embiruçu, Fontes e Almeida (2010) | |
| | | | Lima, Azevedo e Catani (2008) | |

Fonte: Autoria própria

A composição do corpus de pesquisa, particularmente no primeiro conjunto (n=17), com a maioria de trabalhos recentes (menos de 5 anos), revela a atualidade do tema. Entre estes estudos, três podem ser caracterizados como bibliométricos (Castro *et al.*, 2019; Magalhães & Real, 2018; Sales *et al.*, 2019), dez trabalhos como estudos de caso (Andriola & Suliano, 2015; Araújo & Santos, 2014; Cislaghi, 2011; Gumiero, 2019; Lima, 2013; Lima & Machado, 2016; Novato, Najberg, & Lotta, 2020; Oliveira, 2018; Prestes & Fialho, 2018; Silva, 2015) e quatro como estudos globais do programa Reuni (Barbosa, Petterini, & Ferreira 2020; Mancebo, Vale, & Martins, 2015; Moura & Passos, 2019; Paula & Almeida, 2020).

Dentro da divisão proposta e, considerando os subconjuntos estabelecidos, na sequência, serão sumarizados os estudos que compõem o corpus de pesquisa.

2.1. O Programa Reuni como objeto

2.1.1. Estudos bibliométricos

Com o objetivo de mapear a produção científica relacionada ao tema políticas públicas para a expansão da educação superior e seus desdobramentos por meio do Programa Reuni no Brasil, no período de 2007 a 2016, Magalhães e Real (2018) levantaram:

- a) trabalhos publicados no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
- b) trabalhos completos publicados em anais de reuniões científicas nacionais realizadas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd);
- c) artigos publicados em periódicos na base de dados SciELO.

Para a análise, os trabalhos foram categorizados por Magalhães e Real (2018) em:

- a) avaliação política: as pesquisas com conotação política são de cunho mais teórico e baseadas em documentos oficiais e estudos publicados na literatura da área. Eventualmente as pesquisas desta categoria utilizam dados estatísticos;
- b) implementação: os estudos alocados nesta categoria tratam da implementação e/ou resultados iniciais do programa Reuni;
- c) impactos: na categoria impactos concentram-se pesquisas descritivas na forma de estudo de caso que utilizaram a universidade como campo empírico.

O mapeamento realizado permitiu observar que existe tendência em analisar o programa Reuni por dois vieses: o da avaliação política e o da análise de sua implementação e resultados iniciais. A análise das publicações sobre o Reuni, mostrou, ainda, que, além de poucos trabalhos sobre os impactos do programa, esses são voltados para os impactos na própria instituição dos pesquisadores (Magalhães & Real, 2018).

Com o objetivo de analisar a produção acadêmica relacionada com o Reuni, desde sua criação em 2007 até o ano de 2018, Castro *et al.* (2019) realizaram uma revisão sistemática da literatura e a constatação feita no estudo é a de:

que os trabalhos publicados entre 2008 e 2010 buscaram discutir e analisar as propostas do Reuni no âmbito nacional e tendo como base suas diretrizes. Estes foram o ponto de partida para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao programa. Já em 2011, próximo ao período de fim de sua vigência, tem início os estudos com outros enfoques na abordagem do programa, propondo-se discutir seus reflexos em determinado curso específico. A partir de 2012, os trabalhos passam a se diversificar também com o início da discussão da expansão e democratização da educação superior. Já nos estudos posteriores, os trabalhos seguem amplas linhas de análises, incluindo os reflexos do programa em outros objetos de análises, como universidades e municípios. Sendo assim, constatou-se que apesar da realização de estudos com diferentes perspectivas de análise, é necessário aprofundar na realização de estudos que busquem avaliar as externalidades positivas e negativas do programa (p. 409).

A conclusão apresentada aponta para os avanços quantitativos trazidos pelo Reuni em decorrência da expansão da IFES. Entre os benefícios, o principal foi o acesso à educação superior por estudantes de regiões distantes e originários de famílias de baixa renda. Inobstante, é evidenciado nos estudos que compuseram o corpus de pesquisa o fato da expansão ter produzido muitos desafios que ainda carecem de superação (Castro *et al.*, 2019).

Considerando a maciça adesão das universidades federais à época de implementação do Reuni e compreendendo o referido programa como uma política pública educacional de ensino superior, Sales *et al.* (2019) realizaram um estudo bibliométrico. A delimitação temporal compreende o período de 2007 a 2016 e o problema estabelecido foi: “identificar a existência de pesquisas que realizaram avaliações do programa, à luz da literatura de avaliação de políticas públicas” (Sales *et al.*, 2019, pp. 660-661).

Para o estudo foram selecionados 24 artigos, com predominância de artigos de natureza empírica, de abordagem qualitativa e autores e revistas principalmente das regiões sul e sudeste. Os autores identificaram que a atenção ao programa Reuni se intensificou no ano de 2011, com cinco publicações – o período corresponde com a aproximação do final do prazo de implementação do programa. As principais constatações do estudo de Sales *et al.* (2019) foram:

Ao analisar a percepção – se positiva ou negativa – do programa nos trabalhos publicados, verificou-se que onze apresentavam aspectos positivos resultantes das pesquisas realizadas, destacando dentre eles: a) a inclusão, com oportunidade a pessoas negras, de classes economicamente desfavorecidas e egressas de escola pública; b) a expansão de vagas; c) a criação de cursos; e d) a ampliação da produção científica. Dez dos estudos mencionavam resultados que não concluíam para aspectos nem positivos, nem negativos, mas apontavam preocupações com a qualidade dos serviços apresentados pelas instituições, sob a observação de que ainda deveriam ser aprofundadas as investigações sobre as ações do programa. Por fim, três dos estudos mencionavam aspectos negativos, afirmando que o programa se voltava prioritariamente para o atendimento das orientações do mercado de capital, que visa essencialmente o lucro, caracterizando-se em uma natureza de quase-mercado, e preocupando-se em menor escala com a função acadêmica da educação superior (pp. 674-675).

Sales *et al.* (2019) salientam que, diante do encerramento da implementação do programa em 2012, faz-se necessário, em curto prazo, criar alternativas para manutenção da educação superior pública, gratuita e de qualidade no Brasil.

Em linhas gerais, as revisões abarcando períodos similares (dois estudos analisam o período compreendido de 2007 a 2016 e um de 2007 a 2018), apontaram para uma primazia de estudos com conotação política e da implantação do programa Reuni. Estudos da avaliação dos impactos se apresentam em menor número. No julgamento do valor, predominaram estudos que avaliaram o Reuni como positivo e neutro. Como ressalva, são projetados desafios importantes colocados pelo programa no devir das universidades federais brasileiras.

2.1.2. Estudos de caso

Focando nos cursos de Serviço social das universidades federais brasileiras, Cislighi (2011) contrasta o ideário do Reuni com as diretrizes preconizadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A hipótese do estudo é que a contrarreforma, elemento estruturante do capitalismo tardio e do projeto ético-político hegemônico, é contraditória ao projeto de formação profissional dos assistentes sociais. A discussão, com tom elevado de crítica, é filosófica.

Com ápice na década de 1990, a contrarreforma aconteceu na realidade concreta com mudanças curriculares, superexploração do trabalho docente e financiamento por contratos de gestão. Em termos práticos, tais medidas já produzem inúmeras dificuldades, particularmente em função da redução significativa e progressiva do financiamento das universidades. Apesar da contrarreforma, a relativa autonomia presente nas universidades públicas faculta a asserção do direcionamento social proposto pelas diretrizes construídas pela ABEPSS e para a produção do conhecimento crítico e comprometido com essa direção coletivamente construída (Cislighi, 2011).

A implementação das propostas apresentadas pelo Reuni é perspectivada no estudo como um possível elemento de agravamento do quadro de contrarreforma vigente. As conclusões apontam para o impacto negativo na formação dos assistentes sociais, considerando o preconizado pelo projeto ético-político profissional (Cislaghi, 2011).

Com foco similar, a ampliação de vagas discentes ofertadas nos cursos de Serviço social das universidades federais, Lima (2013) analisa a implantação do Reuni. A hipótese de pesquisa utilizada no desenvolvimento da pesquisa foi:

que a ampliação das vagas discentes, sem o aumento correspondente das vagas docentes, opera a redução dos cursos de Serviço Social a unidades de educação terciária, quebrando a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e, conseqüentemente, ameaçando o projeto de formação profissional, que foi construído historicamente pelas entidades nacionais representativas: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abeps), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso) e o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) (Lima, 2013, p. 260, grifo do autor).

As conclusões de Lima (2013) que permitiram a confirmação da hipótese foram:

- a) com a reforma neoliberal do Estado, produzida pela mundialização financeira, a gestão do trabalho foi modificada com a intensificação do trabalho. A transmutação ocorreu principalmente em países capitalistas dependentes como o Brasil. A educação superior brasileira foi fortemente permeada pela reforma;
- b) a certificação em larga escala em nível de graduação e a intensificação do trabalho docente são faces da política de expansão operada pelo Reuni. Com a política, em detrimento do tripé ensino, pesquisa e extensão, as universidades federais começaram a ser transformadas em escolas de terceiro grau;
- c) a expansão das universidades federais, com qualidade, só pode ser garantida com a ampliação da alocação de verbas públicas para a educação pública e, de forma pontual, exclusiva para a educação superior pública. A exclusividade supõe a eliminação de programas de destinação orçamentária ou isenção/renúncia fiscal como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni); os valores destinados à educação em todos os níveis são escassos e o quadro é agravado com investimento público total em relação ao produto interno bruto (PIB) incluindo a transferência de verba pública para o setor privado educacional;
- d) a política de interiorização precisa assegurar condições de trabalho e de formação para eliminar possibilidades de uma formação diferenciada e hierarquizada, com a concentração nas sedes universitárias dos programas de pós-graduação, da pesquisa e dos laboratórios. Sem estas condições, os câmpus fora de sede serão reduzidos a unidades de educação terciária localizadas no interior dos estados. Esta redução é congruente com a noção elaborada e difundida pelo Banco Mundial;
- e) é necessária, também, de forma isonômica, a criação de políticas de valorização do trabalho docente por intermédio de condições adequadas trabalho, de carreira e de remuneração e estímulo à produção e socialização do conhecimento.

No estudo a expansão das universidades federais produzida pelo Reuni é classificada como precarizada. A relação entre vagas discentes e vagas docentes é, na leitura de Lima (2013), o indicador objetivo da intensificação do trabalho docente e a certificação em larga escala na graduação dos cursos de Serviço social.

Para investigar o impacto da adesão pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) ao Reuni, Araújo e Santos (2014) entrevistaram os gestores responsáveis pelas quatro pró-reitorias da instituição. Com a adesão ao Reuni, a UFSJ implementou importantes modificações em sua estrutura física, criou 20 cursos e aumentou de número de estudantes de 3,2 mil em 2008 para 12 mil em 2012. Conjuntamente ao Reuni, a UFSJ aderiu ao

Programa Expandir. A adesão possibilitou a criação de câmpus fora da sede, sendo criados o Câmpus Alto Paraopeba (Ouro Branco), o Câmpus Centro Oeste, o Câmpus Dona Lindú (Divinópolis) e o Câmpus Sete Lagoas.

Na leitura dos entrevistados, a expansão produziu uma nova universidade, muito maior e mais complexa, e com novos referenciais e desafios para suas gestões. Destaque na fala dos entrevistados para a maior proximidade da UFSJ com toda a comunidade local e a democratização do ensino pela ampliação do número de vagas.

Araújo e Santos (2014), também, avultaram as seguintes questões:

- a) mudança da identidade da instituição;
- b) os referenciais balizadores da expansão;
- c) vantagens e desvantagens;
- d) preocupações e estratégias adotadas em função dos desdobramentos do programa.

Sem embargo dos pontos positivos da adesão ao Reuni, os entrevistados revelaram preocupação com a possibilidade de o crescimento não ser acompanhado pela qualidade do ensino (Araújo & Santos, 2014).

Andriola e Suliano (2015), em estudo descritivo com procedimento técnico ex-post-facto, com uma amostra de 129 docentes e 503 discentes dos três câmpus avançados da Universidade Federal do Ceará (UFC) nos municípios de Sobral, Quixadá e da região do Cariri (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha) e 191 moradores dos locais abrangidos pelos câmpus, identificaram a opinião das audiências estudadas acerca dos impactos oriundos da presença da UFC nos municípios do interior do Ceará, depois da adesão desta ao Reuni. Com o Reuni, a UFC intensificou o processo de interiorização. Os principais resultados encontrados no estudo de Andriola e Suliano (2015) foram:

- a) Incremento das oportunidades de a população local ter acesso aos novos cursos de graduação da UFC, bem como às atividades e/ou ações de qualificação profissional.
- b) Dinamização econômica local, implicando crescimento municipal e incremento das oportunidades de inserção laboral para os moradores da região.
- c) Geração de maior quantidade e diversidade, além de melhores postos de trabalho para os moradores locais (p. 294).

A conclusão do estudo de Andriola e Suliano (2015) sinaliza que os excelentes resultados obtidos pela UFC fortalecem a política federal de interiorização estabelecida pelo Reuni.

Tendo como ponto de partida o Reuni, Silva (2015) analisa a expansão de vagas nos cursos de Agronomia, Medicina veterinária e Gestão de agronegócios da UnB. O estudo aborda o problema de forma quali-quantitativa e, para a consecução dos objetivos, foram entrevistados professores e gestores da UnB e levantados dados institucionais de cunho estatístico.

Os resultados do estudo de Silva (2015) permitiram as seguintes constatações:

- a) houve redução da evasão considerando os cinco anos anteriores com o período do Reuni nos cursos de Agronomia e Medicina veterinária. No curso de Gestão de agronegócios, criado na expansão, a taxa de evasão foi de aproximadamente 42%;
- b) a evasão foi determinada principalmente por abandono e baixo desempenho acadêmico dos discentes;
- c) apesar do aumento de vagas, no curso de Medicina veterinária, existe a necessidade de maior oferta;
- d) foram identificados cursos com vagas ociosas derivadas do abandono e de barreiras sociais no acesso à universidade pública;
- e) a expansão de vagas no curso noturno de Gestão de agronegócios, apesar de positiva, ainda apresenta desafios importantes (preenchimento de vagas, evasão, maior espaço territorial e infraestrutura).

Na análise, Silva (2015) estrema pontos críticos e limitações do Reuni na Faculdade de Agronomia e Medicina veterinária da UnB. Da evasão foram identificadas duas trajetórias distintas. Nos cursos antigos (Agronomia e Medicina veterinária), de modo geral, a evasão diminuiu. O aumento da oferta de benefícios a estudantes para garantir a permanência estudantil foi identificada como a principal causa do resultado. Outras ações de combate à evasão foram colocadas em curso, como a diversificação e o aumento da flexibilidade interna em processos de mudança de curso e acesso como portador de diploma superior; entretanto, não produziram resultados expressivos. No curso de Gestão de agronegócios, a elevada taxa de evasão é decorrente, principalmente, de problemas de rendimento do aluno e abandono de curso (Silva, 2015). As entrevistas com professores sugeriram que dificuldade de rendimento acontece por ser um curso inserido na área das Ciências Sociais, mas com carga significativa de disciplinas lógicas de cálculo. Outros fatores identificados foram: o curso ser noturno e ser uma área nova de formação (Silva, 2015).

Considerando o término do acordo do Reuni em 2012, Lima e Machado (2016) analisaram o nível de consecução das metas propostas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ao MEC, para adesão ao Reuni. Adicionalmente, foram verificadas as mudanças produzidas no contexto institucional com a expansão universitária induzida pelo programa. Foi constatado que a UFMG cumpriu quase integralmente as metas compromissadas em relação à expansão quantitativa de vagas e novos cursos. Foram criados cursos noturnos, adotado o sistema de bônus e o sistema de cotas (a partir do vestibular de 2013), ampliando as chances de ingresso de mais estudantes trabalhadores, afrodescendentes e egressos de escola pública. Foram implantados 27 novos cursos de graduação (90,00% do previsto) e apenas um dos 24 cursos previstos deixou de apresentar expansão de vagas. Das 2.136 novas vagas prometidas na graduação para 2011, a UFMG criou 2.066 (96,74%) (Lima & Machado, 2016). Apesar da UFMG cumprir quase integralmente as metas propostas, os autores chamam a atenção para algumas intercorrências e agravamento de situações críticas que requerem atenção da gestão universitária. Destaque para o não preenchimento de todas as vagas oferecidas pelos cursos, para a evasão discente e para a defasagem no quadro de pessoal, situação que compromete especialmente os aspectos qualitativos (Lima & Machado, 2016).

Com o objetivo de avaliar os índices de evasão da UnB, após a implementação das políticas do Reuni, Oliveira (2018) constatou que a adesão resultou no aumento do número de vagas ofertadas e na expansão dos programas de assistência estudantil para assegurar a permanência dos que se encontravam em situação de fragilidade socioeconômica. Não obstante, os índices de evasão, que não deveriam chegar na casa dos 10%, atingiram patamares bastante superiores. Após a implementação das políticas do Reuni, a evasão na UnB cresceu de, aproximadamente, 34% no ano de 2007 para pouco mais de 58% em 2011.

Considerando que a evasão estudantil afeta os indivíduos, as organizações e a sociedade, e que a busca pela redução da evasão estudantil é uma preocupação de décadas na agenda governamental, um dos objetivos do programa Reuni teve foco, no caso das universidades federais, esse problema social. Nesta seara, Prestes e Fialho (2018) lançam seus olhares para os movimentos da evasão na educação superior, através do caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A ideia foi demonstrar as consequências econômicas e sociais da evasão para a gestão universitária, para instituição educativa e para a sociedade de forma geral.

Com um desenho longitudinal retrospectivo e focando no comportamento da evasão no Câmpus I da UFPB, foram utilizados dados fornecidos pelo Sistema de Informação (STI) e pelo Departamento de Estatística da UFPB, no período de 2007 a 2015. Após o período de implantação, os centros de ensino e cursos do Câmpus I foram acompanhados quantitativamente nos três anos subsequentes, com vistas a avaliar sua evolução (Prestes & Fialho, 2018).

Foi constatada a evasão média em torno de 13,3% no período de implantação do Reuni (2007 a 2012). Os dados registram que, dos dez centros analisados, somente quatro conseguiram diminuir a evasão, enquanto os demais

tiveram as suas taxas aumentadas ao longo do período de referência. Na avaliação global do Câmpus I, houve oscilação entre avanços e retrocessos e momentos de equilíbrio (Prestes & Fialho, 2018).

No período pós-Reuni houve aumento da taxa de evasão. Em oito dos dez centros do Câmpus I, a quantidade de evadidos é maior que a quantidade de diplomados. Nos centros de Ciências Exatas e da Natureza, de Ciências da Informação e de Tecnologia e de Desenvolvimento Regional, os percentuais de evasão ultrapassaram a casa dos 20% (Prestes & Fialho, 2018).

O estudo destaca, ainda, prejuízo econômico total nominal para a gestão institucional causado pela evasão no período. Ao considerar apenas o que deixou de ser arrecadado, o cálculo desconsidera o custo do aluno, o que torna o mesmo bastante subestimado.

Prestes e Fialho (2018) concluem que não se pode confiar apenas em um único programa para combater a evasão, como mostra o caso do Reuni no exemplo da UFPB.

Gumiero (2019), ao fazer um balanço da expansão do Reuni em Mato Grosso do Sul e em Dourados, avaliou se houve desconcentração das universidades federais públicas das metrópoles para o interior do Brasil. O Reuni, no estudo, foi compreendido como estratégia para o desenvolvimento local. Foi constatado que a interiorização foi um resultado efetivo do Reuni. Para aumentar sua capilaridade em direção ao interior do estado, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) ampliou a oferta de vagas e contratou professores e técnicos administrativos. Com efeito, foi possível a abertura de cursos de graduação e de programas de pós-graduação no Mato Grosso do Sul e em Dourados.

Apesar dos resultados inegáveis, inclusive no desenvolvimento da região abrangida pela UFGD, Gumiero (2019) destaca a necessidade de subsídios financeiros do governo federal para:

- a) a formação de instituto de pesquisas e projetos de extensão;
- b) o fomento para:
 - grupos de pesquisa;
 - discentes da graduação e da pós-graduação.

Para consolidação da expansão, o estudo patenteia a necessidade de um novo movimento da política pública do Reuni com atenção especial para permanência dos estudantes e para investimento em pesquisa (Gumiero, 2019).

Na expectativa de identificar as percepções de burocratas de médio escalão na implementação do Programa Reuni, Novato, Najberg e Lotta (2020) estudaram o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG). Para a consecução dos objetivos foram realizados levantamento documental e entrevistas com burocratas de médio escalão. Foi constatado que a UFG ficou aquém das metas globais do Reuni. Não obstante, a UFG cumpriu a maioria das diretrizes estipuladas pelo decreto do MEC. Destaque para a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil. Reconhecendo a importância do Reuni em termos estruturais e de ensino para a UFG, Novato, Najberg e Lotta (2020) concluíram que o programa de expansão deixou a universidade menos elitizada e mais igualitária.

No conjunto de estudos de casos as publicações são difusas. A ampla maioria dos estudos (n=8) avaliaram os impactos do Reuni em aspectos específicos de uma instituição. Foram alocados, também, neste conjunto, dois estudos que examinam os desdobramentos produzidos pelo Reuni nos cursos de Serviço social das universidades federais brasileiras. O conjunto supre, em parte, uma lacuna apontada por Magalhães e Real (2018). Pautado nos estudos levantados no corpus de pesquisa, percebe-se a tendência recente de estudos focados nos impactos do Reuni.

Neste conjunto situaram-se os três estudos que focam na evasão, objeto do presente estudo, apesar do trabalho de Prestes e Fialho (2018), mesmo trazendo em destaque no título a questão da evasão, não apresenta o termo como descritor. Os estudos que tratam da evasão são os de Silva (2015), Oliveira (2018) e Prestes e Fialho (2018). Os estudos de caso, dois realizados na UnB e um na UFPB convergem para o impacto da evasão. Ainda, os estudos de Moura e Passos (2019) e Paula e Almeida (2020), ao tratarem de indicadores, discutem de forma muito superficial a questão da evasão. Nenhum estudo se debruçou nas ações institucionais de combate a evasão. Nesta direção, a assistência estudantil é sempre apontada em destaque (Oliveira, 2018; Novato, Najberg, & Lotta, 2020). É nesta lacuna que o presente estudo avançará.

2.1.3. Estudos globais

Inquietas com os processos de mudanças ocorridos na educação superior em praticamente todo o mundo, principalmente depois da década de 1990, em decorrência das políticas neoliberais, Mancebo, Vale e Martins (2015) discutiram as principais tendências da então recente expansão da educação superior no Brasil.

O estudo foi desenvolvido com a análise dos dados da pesquisa integrada Políticas de expansão da educação superior no Brasil, coordenada pela professora Deise Mancebo, desenvolvida por pesquisadores brasileiros pertencentes à Rede Universitas/Br e à ANPEd (Mancebo, Vale, & Martins, 2015).

Num esforço de síntese, Mancebo, Vale e Martins (2015) apresentaram a recente expansão da educação superior no Brasil em quatro eixos:

(1) o expressivo aumento das instituições de ensino superior (IES) com fins lucrativos, isto é, privados/mercantis; (2) algumas ações do governo federal expandindo vagas, matrículas e cursos nas instituições federais de ensino superior (IFES), seja pela multiplicação dos campi das IFES já existentes, pela expansão do número de instituições, ou, ainda, mediante programas de reestruturação do setor, como é o caso do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); (3) a forte diferenciação de cursos, instituições e modalidades de ensino de graduação, cabendo destaque à utilização do ensino a distância (EaD); e (4) a expansão da pós-graduação, com redefinição de seus rumos no sentido do empresariamento do conhecimento (p. 33).

No eixo 2, onde o Programa Reuni é ponto nuclear, Mancebo, Vale e Martins (2015) inferem que a expansão ocorreu por contratos de gestão, que produzem a certificação em massa, às custas da flexibilização e do rebaixamento dos cursos e da intensificação do trabalho dos docentes.

Inferindo que uma das principais metas propostas pelo programa Reuni foi a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, ao final de cinco anos a contar da adesão da instituição, e que a proposta de adesão deveria estar alinhada com a cultura organizacional, Moura e Passos (2019) examinaram os resultados alcançados por instituições de diversas regiões do país. Entendem os autores que a taxa de conclusão estabelecida pelo Reuni, em paralelo com a elevação do número de alunos por professor, viabilizaria a expansão da oferta de vagas no ensino superior objetivada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação.

A aferição teve como corpus de pesquisa as 53 IFES que, de forma voluntária, aderiram ao Reuni. A localização espacial das IFES que fizeram a adesão é a seguinte: Região Norte (oito); Região Nordeste (quatorze); Região Sul (oito); Região Sudeste (dezoito); e, Região Centro-Oeste (cinco) (Moura & Passos, 2019).

A análise da implementação, comparando os fins estipulados com os resultados alcançados, ocorreu considerando documentos e regulamentos do programa, relatórios de acompanhamento e dos censos de educação superior de 2008 a 2012. Moura e Passos (2019) concluíram que os resultados:

aferidos por meio dos parâmetros definidos pelos formuladores da política ao fim dos cinco anos de implementação (2008 a 2012), mostram que a TCG que era de 67 a 90 em 57% das IFEs passou para 44 a 67 em 58,5%. Por conseguinte, enquanto antes, mais da metade tinha a TCG superior a 67%, após a implementação, mais da metade tinha menos de 67%, existindo apenas uma instituição que, em 2012, tinha a taxa desejada pelo Programa de 90%, a Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, localizada na cidade de Alfenas em Minas Gerais (p. 523).

Para Moura e Passos (2019), as diferenças são reflexo das desigualdades regionais históricas nas quais cada instituição está inserida, dos tipos de cursos ofertados e das taxas de conclusão dos cursos de graduação (TCG) anteriores. Os autores entendem que tais fatores não foram considerados pelos formuladores da política quando traçaram a meta do Reuni, evidenciando as limitações do seu diagnóstico ou do seu modelo causal e, ainda, como o contexto da prática altera as políticas formuladas. A conclusão foi que pouquíssimas instituições alcançaram a meta em função da proposta estar desconectada da realidade e da recriação que o programa foi submetido pelo contexto.

Para investigar as decorrências de um câmpus universitário sobre a economia local, Barbosa, Petterini e Ferreira (2020) avaliaram os efeitos do programa Reuni sobre dois indicadores que sintetizam o nível de desenvolvimento dos municípios beneficiados, o PIB per capita e a renda domiciliar per capita. Partindo de um conjunto de dados socioeconômicos, aplicaram a técnica de pareamento por escore de propensão e, em seguida, foi estimado o efeito tratamento sobre tratados pela política. O estudo abrangeu 1.032 municípios localizados em microrregiões que abrigavam câmpus antes de 2003, 852 pertencentes a microrregiões beneficiadas com os novos câmpus, excetuando-se os que abrigaram os câmpus, 204 municípios remanescentes que faziam fronteira com os últimos. Foi utilizado o modelo Probit de probabilidade de escolha dos municípios beneficiados. Os resultados obtidos por Barbosa, Petterini e Ferreira (2020) sinalizam:

que a política de expansão das universidades federais foi capaz de elevar a renda per capita dos municípios que abrigaram os novos campi entre 3,47% e 5,82%, em média, mas que este ganho de renda não aumentou ao longo do tempo. Resultados estatisticamente não significantes não permitem tecer conclusões acerca do efeito da política sobre o PIB per capita (p. 12).

O padrão sugere que, em função principalmente dos gastos envolvidos na implantação e no funcionamento, os novos câmpus foram capazes de gerar impulso inicial sobre o nível de demanda local. Não obstante, este impulso inicial não produziu novos saltos de produtividade normalmente esperados com a implantação dos câmpus (Barbosa, Petterini, & Ferreira, 2020).

Paula e Almeida (2020), para analisar possíveis diferenças e influências do Reuni no comportamento intertemporal dos indicadores de desempenho das universidades federais, efetuaram o teste de hipóteses de diferenças entre médias para verificar se, estatisticamente, o programa influenciou os indicadores de desempenho das instituições que fizeram adesão.

Os resultados mostraram elevação dos indicadores custo corrente/aluno equivalente, grau de envolvimento com a pós-graduação, conceito médio dos cursos avaliados tanto pela Capes como pelo MEC e do indicador de qualificação do corpo docente. Paula e Almeida (2020) destacam que:

Durante a implementação do programa, as Ifes aproveitaram o momento propício de crescimento para consolidarem seus programas de Pós-graduação de modo a integrarem com a graduação, melhorarem o desempenho e a qualidade dos cursos. No entanto, o foco do Reuni não foi especificamente a Pós-graduação (p. 1069).

À guisa de conclusão, Paula e Almeida (2020) indicam que, nos cursos de graduação, apesar da ampliação de vagas, de cursos e de matrículas, o programa falhou na elevação da taxa de sucesso na graduação e na redução das reprovações e evasões no curto prazo.

O conjunto de estudos classificados como globais (n=4) apresentam análises do conjunto das universidades federais brasileiras. No estudo de Mancebo, Vale e Martins (2015) foi analisado o processo de expansão do ensino superior público vivenciado principalmente na década 2000 e começo de 2010. O Reuni é visto como um dos componentes do processo. Partindo do Reuni, Barbosa, Petterini e Ferreira (2020) estudaram a influência de um câmpus no desenvolvimento da comunidade. Os outros dois estudos do conjunto avaliaram o cumprimento da meta de 90% de taxa de sucesso (Moura & Passos, 2019) e as alterações nos indicadores das universidades federais brasileiras (Paula & Almeida, 2020). Os estudos não apresentam conexões que facultem generalizações.

2.2. O Programa Reuni como elemento conformador do objeto

Lima, Azevedo e Catani (2008) analisaram o que se convencionou chamar de Processo de Bolonha, isto é, a produção de uma política pública de um meta-Estado para um meta-campo universitário, conformada como uma política educacional supranacional, comunitária aos estados-membros da União Europeia, na construção de um espaço comum europeu de educação superior.

No estudo, de forma adicional, no contexto brasileiro, são feitas algumas considerações sobre a universidade nova desenhada pelo Reuni. Nestas considerações é apontado que a universidade brasileira, para se renovar, precisa aprender com a lição histórica de Humboldt, “o que não se traduz por germanizar-se, norte-americanizar-se ou europeizar-se” (Lima, Azevedo, & Catani, 2008, p. 29). Para os autores, a universidade humboldtiana ainda é um projeto inacabado no Brasil, não sendo adequado abortar este projeto de universidade em gestação e que, neste estágio, tem gerado ciência e massa crítica.

O projeto de país, independente e soberano, foi impulsionado pelo modelo norte-americano de universidade, focado na pesquisa e nas demandas da sociedade. A discussão da reforma universitária para uma universidade nova deve supor, também, o debate do projeto de país. Com esta lógica, a universidade pública, gratuita, de qualidade e referenciada socialmente, de modo urgente, deve estar adejo a refundação do projeto de país (Lima, Azevedo, & Catani, 2008).

A proposta de criação de um indicador de avaliação docente (IAD), objetivo e quantitativo, para ser utilizado como instrumento da avaliação do desempenho de docentes em IFES é o objetivo do estudo de Embiruçu, Fontes e Almeida (2010). Centrado em duas premissas estruturantes do Reuni, a taxa de conclusão média de 90% nos cursos de graduação presenciais e a relação de 18 alunos de graduação por professor em cursos presenciais, na avaliação dos autores, o índice é robusto e proporciona uma avaliação docente bastante completa ao considerar todas as principais atividades docentes. Os autores destacam, também, a possibilidade de ajustes de alguns parâmetros para atender metas e políticas específicas das instituições e de governos.

O trabalho docente na Universidade Federal Fluminense (UFF), no contexto de expansão e de interiorização da educação superior, foi o tema escolhido por Silva e Mancebo (2014). O pressuposto fundado é o de que existe um profundo processo de intensificação do trabalho do professor, particularmente evidenciado na pós-graduação. Neste meando, a hipótese de pesquisa contrastada com a realidade empírica foi que:

a expansão da universidade pública, notadamente levada a cabo nos mandatos presidenciais do período já comumente designado como lulismo, principalmente, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), estaria sendo orientada, em larga medida, mas não sem contradições e contratendências, por uma racionalidade instrumental, conquanto de caráter

utilitarista e pragmático, ainda que sob o discurso da democratização e inclusão, e que tem afetado diretamente o trabalho do professor (Silva & Mancebo, 2014, p. 48, grifo do autor).

Com esta lente, foi desenvolvido um estudo qualitativo, através de entrevista, com duas camadas de entrevistados: gestores e sindicalistas e professores. Na primeira buscou-se a percepção da administração e as práticas gestoras da instituição e do Sindicato e práticas reivindicativas da categoria. Na segunda, buscou-se a compreensão de histórias de vida e trajetória acadêmico-científica de docentes, e as repercussões do Reuni, sob a mediação da racionalidade instrumental, no trabalho, na saúde e na subjetividade.

As entrevistas com gestores e sindicalistas revelaram posições políticas distintas e polarizadas, relacionadas com as razões e com os significados da diferenciação política entre direita e esquerda (Silva & Mancebo, 2014). As histórias de vida de professores revelaram projetos de vida mediados pelas trajetórias de vida e de trabalho. Estes projetos envolvem as dimensões da ética, da afetividade e da política, e o entrelaçar biográfico e institucional. Nos projetos, foram identificadas algumas formas criativas e singulares de se lidar com as adversidades (Silva & Mancebo, 2014).

Em estudo de caso realizado na Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituição oriunda da política de expansão do ensino superior brasileiro do começo deste século, Pizzio e Klein (2015) analisaram a QVT e o adoecimento no cotidiano de docentes. O Reuni, no estudo, é visto como uma política expansionista produtora de uma nova realidade trabalhista.

Para a consecução do intento, Pizzio e Klein (2015) consideraram a reestruturação produtiva em curso e a crescente precarização nas relações de trabalho. As justificativas da escolha do caso foram: a UFT está inserida em uma das regiões centrais para a política de expansão; foi a instituição de maior crescimento em número de docentes e de cursos na Região Norte do país; e, por apresentar organização multicâmpus (sete câmpus). Os resultados do estudo apontam que a integração do projeto de vida do docente à instituição é fator de elevação da QVT e da redução do adoecimento.

O salto de aproximadamente 480 mil egressos nas universidades federais em 2002, para mais de um milhão em 2012, serve de pano de fundo para o estudo de Pereira *et al.* (2016) que tem como objetivo examinar o panorama de oportunidades para os egressos do ensino superior no Brasil. O transmutar do sistema aconteceu em função do Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010), responsável pelo estabelecimento de metas que impuseram o importante aumento de investimento em educação e a ampliação do acesso em todos os níveis do ensino superior.

O Reuni, ao lado do ProUni, do FIES, da criação de IFES e da UAB, são perspectivados como políticas catalizadoras de oportunidades para os egressos do nível superior brasileiro.

Pereira *et al.* (2016) enxergam, no mercado de trabalho, a desvalorização da mão de obra qualificada, o decréscimo no número de empregos de maior remuneração e o déficit de mais de 450 mil empregos de nível superior. Os dados evidenciam que o nível de profissionalização dos trabalhadores não cresceu concomitantemente com a ampliação do sistema (Pereira *et al.*, 2016).

Zorzal (2016), em seu estudo, reflete sobre a realidade dos cursos de bacharelado em instrumento musical após a implementação do Reuni. As discussões são centradas nas propostas de reformulação dos cursos a partir da valorização do ensino e da pesquisa na formação dos bacharelados em música. O Reuni, no estudo, é visto como elemento impulsionador da oferta de vagas de Música em nível superior. O dado objetivo apresentado para a construção do argumento é a existência de 33 cursos presenciais, em pelo menos uma das modalidades – licenciatura e bacharelado. Parcela significativa dos cursos nasceram da expansão produzida pelo Reuni.

A criação dos primeiros cursos de graduação em Serviço social nas universidades federais do interior do Rio Grande do Sul, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Câmpus São Borja, primeiro curso, e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), terceiro curso fundado, é o objeto do estudo de Fraga *et al.* (2020). No estudo, apesar de aparecer como um dos descritores, o Reuni é registrado como condição para a criação dos cursos perquiridos. A interiorização, objeto do Reuni, é explicitada como uma das consequências relevantes da implantação. Outras consequências são o desenvolvimento econômico e social e o processo de transformação política e cultural da região.

Neste conjunto de estudos, o dos objetos conformados pelo Reuni, o programa aparece no estudo Lima, Azevedo e Catani (2008) como peça central na formulação de uma nova universidade no Brasil. Com a ótica do docente, dois estudos no conjunto: o trabalho docente na UFF (Silva & Mancebo, 2014) e a QVT e o adoecimento de docentes na UFT (Pizzio & Klein, 2015). Dois estudos, os de Zorzal (2016) e Fraga *et al.* (2020), discutem a formulação de cursos superiores específicos nascidos com o Reuni. Ainda, no conjunto, o estudo de Pereira *et al.* (2016) que discute as oportunidades para os egressos do ensino superior no Brasil. Apesar da constituição do conjunto, os estudos aqui alocados são totalmente desconexos.

3. Conclusões

A composição do corpus de pesquisa mostrou a atualidade do tema Programa Reuni. No rol dos estudos que focaram a evasão no contexto do Programa, de forma inequívoca, fica evidente que houve fracasso no seu enfrentamento e da conotação marginal do tema nas pesquisas produzidas.

Em linhas gerais, os estudos examinados mostram que, apesar das mudanças positivas, a expansão produziu desafios que ainda estão longe de serem superados. Condições efetivas para a permanência dos estudantes são o primeiro desafio a ser enfrentado para a diminuição dos índices de evasão. As limitadas condições de permanência revelam um descompasso entre as políticas para a educação superior e outras políticas públicas. Não é suficiente ampliar o acesso ao ensino superior. A ampliação deve vir acompanhada de melhor condição socioeconômica das famílias.

A política de expansão e massificação não esgota o projeto de democratização da educação superior. A alegação se sustenta no fato de que a democratização só acontecerá se a expansão vier acompanhada do crescimento na taxa de concluintes, principalmente das camadas marginalizadas socialmente. É necessário, ainda, que o final do processo aconteça através da qualidade na formação. Com efeito, a diligência constante sobre a qualidade dos cursos de graduação, as taxas de conclusão e o perfil socioeconômico dos concluintes e dos que evadem são condições sine qua non para avaliar os desdobramentos da política ainda que foi fundamental para as universidades federais brasileiras.

Referências bibliográficas

- Andriola, W. B., Andriola, C. G., & Moura, C. P. (2006). Opiniões de docentes e coordenadores acerca do fenômeno da evasão discente dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 14(52), 365-382. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000300006>
- Andriola, W. B., & Suliano, D. C. (2015). Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 96(243), 282-298. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/339512841>
- Araújo, C. B., & Santos, L. M. M. (2014). O REUNI na opinião dos gestores de uma universidade pública. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 642-651. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000300013>

- Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições de Instituições Federais de Ensino Superior (2003). *Proposta de expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior encaminhada ao senhor presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva pela Andifes*. Disponível em https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1363027779Proposta_expansao_Lula.pdf
- Baggi, C. A. S., & Lopes, D. A. (2011). Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 16(2), 355-374. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000200007>
- Barbosa, M. P., Petterini, F. C., & Ferreira, R. T. (2020). Política de expansão das universidades federais: é possível potencializar os impactos econômicos? *Revista de Administração Contemporânea*, 24(1), 3-24. DOI: <http://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190230>
- Borges, M. C., & Aquino, O. F. (2012). Educação superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. *Educação: Teoria e Prática*, 22(39), 117-138. Disponível em <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/4584>
- Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (2007). Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=7&data=25/04/2007>
- Bringel, B. (2009). O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *EccoS: Revista Científica*, 11(1), 97-121. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.v11i1.1529>
- Castro, S. O. C., Martin, D. G., Silva, J. N., & Almeida, F. M. (2019). O Reuni a partir de uma revisão sistemática da literatura. *Nucleus: Revista Científica da Fundação Educacional de Ituverava*, 16(1), 409-422. DOI: <https://doi.org/10.3738/1982.2278.3108>
- Cislaghi, J. F. (2011). A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. *Serviço Social & Sociedade*, (106), 241-266. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000200004>
- Cunha, L. A. (2003). O ensino superior no octênio FHC. *Educação & Sociedade*, 24(82), 37-61. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302003000100003>
- Davok, D. F., & Bernard, R. P. (2016). Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 21(2), 503-522. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772016000200010>
- Embirucu, M., Fontes, C., & Almeida, L. (2010). Um indicador para a avaliação do desempenho docente em instituições de ensino superior. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 18(69), 795-820. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000400008>
- Fraga, C. K., Gaviraghi, F. J., Albuquerque, C. P., Santos, C. C. (2020). A fundação do curso de Serviço Social em universidades públicas federais no Rio Grande do Sul: contradições, possibilidades e desafios ao desenvolvimento local-regional. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Social*, 21(3), 513-527. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.2883>
- Gregório, J. R. (2012). O papel do Banco Mundial na contra reforma da educação superior no Brasil: uma análise dos documentos que precederam o REUNI. *Revista Trabalho Necessário*, 10(14). DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.10i14.p6852>

- Gumiero, R. G. (2019). Avaliação da Expansão do Reuni UFGD no Mato Grosso do Sul. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Social*, 20(4), 989-1003. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v20i4.2028>
- Léda, D. B., & Mancebo, D. (2009). REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. *Educação & Realidade*, 34(1), 49-64. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8457>
- Lima, K. R. S. (2013). O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social. *Revista Katáysis*, 16(2), 258-267. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000200012>
- Lima, E. E., & Machado, L. R. S. (2016). Reuni e expansão universitária na UFMG de 2008 a 2012. *Educação & Realidade*, 41(2), 383-406. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623654765>
- Lima, L. C., Azevedo, M. L. N., & Catani, A. M. (2008). O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 13(1), 7-36. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000100002>
- Magalhães, A. M. S., & Real, G. C. M. (2018). A produção científica sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do Programa Reuni: tendências e lacunas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 23(2), 467-489. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772018000200011>
- Mancebo, D., Vale, A. A., & Martins, T. B. (2015). Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*, 20(60), 31-50. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>
- Minayo, M. C. S. (2008). Editorial: Indexação de Ciência & Saúde Coletiva no Isi/Thomson é nossa prova de fogo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 3(2), 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000900001>
- Moura, M. A. P., & Passos, G. O. (2019). A taxa de conclusão de curso da graduação nas universidades federais antes e depois do REUNI: as vicissitudes da implementação da política. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 24(2), 513-525. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772019000200010>
- Novato, V. O. L., Najberg, E., & Lotta, G. S. (2020). O burocrata de médio escalão na implementação de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, 54(3), 416-432. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190228>
- Oliveira, R. P. M. (2018). *Impactos do REUNI na evasão da UnB* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34272>
- Paula, C. H., & Almeida, F. M. (2020). O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 28(109), 1054-1075. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362020002801869>
- Pereira, G. M. C., Castro, F. N., Lanza, L. N. M., & Lanza, D. C. F. (2016). Panorama de oportunidades para os egressos do ensino superior no Brasil: o papel da inovação na criação de novos mercados de trabalho. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 24(90), 179-198. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362016000100008>
- Pinto, J. M. R. (2002). Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). *Educação & Sociedade*, 23(80), 108-135. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000008>

- Pizzio, A., & Klein, K. (2015). Qualidade de vida no trabalho e adoecimento no cotidiano de docentes do ensino superior. *Educação & Sociedade*, 36(131), 493-513. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015124201>
- Prestes, E. M. T., & Fialho, M. G. D. (2018). Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 26(100), 869-889. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362018002601104>
- Rother, E. T. (2007). Editorial: revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2). DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Sales, E. C. S. S., Rosim, D., Ferreira, V. R. S., & Costa, S. H. B. (2019). O programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni): uma análise de seu processo de avaliação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 24(3), 658-679. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772019000300006>
- Silva Filho, R. L. L., Motejunas, P. R., Hipólito, O., Lobo, M. B. C. M. (2007). A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 641-659. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300007>
- Silva, E. P., & Mancebo, D. (2014). Subjetividade docente na expansão da UFF: criação, refração e adoecimento. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(2), 479-492. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1272>
- Silva, R. F. (2015). *Programa Reuni: expansão de vagas na Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (2008-2012)* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19806>
- Zorzal, R. C. (2016). Propostas para o ensino e a pesquisa em cursos de graduação em instrumento musical: bases para uma reformulação do bacharelado. *Per Musi*, (34), 62-88. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/permusi20163403>

Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons
Atribución-NoCommercial 4.0 International

